



Renan (ao centro, entre Wellington e Jader) coordena votação da MP e recebe a visita do ministro Garibaldi Alves (de pé)

Senado aprova transferência de R\$ 1,95 bi a estados e municípios

Segue para promulgação repasse de recursos que visa compensar perdas na arrecadação geradas pela Lei Kandir, que isenta de ICMS as exportações de produtos industrializados. Verba já foi transferida pelo Ministério da Fazenda, em parcela única, sem desconto de dívidas

Auxílio financeiro da União para estados e municípios exportadores foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado, sem alterações à medida provisória enviada pelo

governo. Essas transferências vêm sendo feitas desde a aprovação da Lei Kandir, em 1996.

Este ano os estados ficaram com 75% dos recursos, distribuídos de acordo com coeficiente

fixado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, e os municípios receberam o valor restante, com distribuição proporcional à participação no ICMS. **3**

Sob pressão, comissão mista começa a analisar MP dos Portos

A comissão de deputados e senadores que analisa a MP 595/12, com novas regras para os portos, elegeu ontem presidente e relator. Os trabalhadores dos portos

públicos pressionaram e conseguiram ser ouvidos no primeiro dia de funcionamento da comissão. Eles temem aumento do desemprego. **3**



Navio chega ao Porto de Santos, no litoral paulista: comissão que examina setor portuário foi uma das sete instaladas ontem para analisar medidas provisórias

10 anos do PT no governo causam debate no Plenário

No dia em que o PT festejou os dez anos no governo federal, Aécio Neves, do PSDB, enumerou 13 fracassos, em alusão ao número do PT. Em resposta, o líder petista Wellington Dias ressaltou 45 avanços, com ênfase na área social. **5**

Líderes propõem separar temas polêmicos para examinar vetos **4**

Lei de prevenção contra incêndios é objetivo de novo colegiado **6**

Parlamentares comentam ações de combate ao crack no país **8**

Haddad quer mudar cálculo da dívida dos municípios **2**

Apoiros e protestos em passagem de Yoani Sánchez pelo Congresso **7**

Mesa avalia prioridades para agenda legislativa **2**

Prefeito de São Paulo se encontrou com Renan e defendeu proposta que altera indexador dos débitos de prefeituras com a União

Haddad pede aprovação de projeto que muda dívida dos municípios

O PREFEITO DE São Paulo, Fernando Haddad, se encontrou ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir apoio ao aumento da capacidade de investimento da capital paulista. Em especial, Haddad explicou a importância da rápida aprovação no Congresso do projeto de lei que permitiria à cidade pagar a dívida com o governo federal.

O PLP 238/13, apresentado em janeiro pela Presidência da República, dispõe, entre outros assuntos, sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento das dívidas dos estados e dos municípios com a União. Para Haddad, a aprovação rápida desse projeto é fundamental para que a cidade fique solvente e retome os investimentos.

— São Paulo pretende sair dos atuais R\$ 3 bilhões de investimento por ano, que é um valor completamente insuficiente para as nossas necessidades, para alguma coisa que supere R\$ 5 bilhões e, na melhor das hipóteses, chegue a R\$ 6 bilhões por ano. Seria o patamar mínimo adequado para enfrentar os desafios que estão postos, como mobilidade urbana, transporte público, combate a enchen-



Fernando Haddad e Renan Calheiros conversam no Senado

tes, produção de moradia e assim por diante — disse o prefeito, no Senado.

Haddad havia visitado os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e depois iria à Câmara dos Deputados, onde teve início a tramitação do projeto.

— O Senado vai ter uma participação importante na reestruturação da capacidade de investimento da cidade de São Paulo — explicou.

Verbas federais

O prefeito disse que, sozinha, a troca do indexador da dívida não devolverá à cidade a capacidade de investir. Também é pretensão de São Paulo obter mais verbas federais por meio do

Prefeito anuncia instalação de semáforos digitais

No Senado, Fernando Haddad anunciou duas medidas para amenizar os problemas causados em São Paulo por momentos de chuva intensa.

O prefeito afirmou que a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) já tem autorização para investir em semáforos digitais. Nos últimos dias, mais de

cem semáforos da cidade pararam de funcionar por causa das chuvas.

Haddad também anunciou que pediu a reanálise técnica de projetos de microdrenagem que estavam engavetados.

— São 70 pontos de alagamento para os quais há projetos de microdrenagem que foram recuperados — disse.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de convênios com os Ministérios da Educação e da Saúde.

— Se o Congresso e o

governo federal fizerem sua parte, São Paulo vai estar com os projetos prontos para retomar os investimentos — afirmou.

Anteprojeto do novo Código Eleitoral será entregue em junho

O anteprojeto de reforma do Código Eleitoral será entregue em 30 de junho. A data foi anunciada ontem pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, presidente da comissão especial de juristas criada para propor mudanças ao texto de 1965, em reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros.



Toffoli citou o financiamento de campanhas como tema do relatório

O colegiado foi criado em 2010 e tem como relator Carlos Velloso, que já foi presidente do STF e do Tribunal Superior Eleitoral.

— Estamos em fase de finalização do relatório. Como houve a mudança na Presidência, vim dar ciência de como está a organização da comissão — disse Toffoli.

A partir do anteprojeto, será apresentado um projeto de lei cuja tramitação começará no Senado, que teve a iniciativa. Entre os temas que estão em debate na comissão de juristas,

Toffoli citou o financiamento de campanhas eleitorais e a prestação de contas pelos candidatos. O ministro disse também que um dos objetivos é promover maior racionalização dos processos eleitorais, com unificação.

— Hoje, para um mesmo fato, o candidato pode responder a dois, três, quatro processos ao mesmo tempo. Isso traz sobrecarga à Justiça e uma irracionalidade, porque a pessoa às vezes é absolvida em um procedimento e condenada em outro — explicou Toffoli.

Mesa do Senado se reúne hoje para definir agenda legislativa

O presidente Renan Calheiros reunirá hoje a Mesa do Senado para deliberar sobre o processo legislativo. Também há possibilidade de novas decisões na área administrativa.

Um dos assuntos em pauta é a criação de um banco de dados federativos, capaz de permitir a votação mais qualificada de projetos de lei.

Ao tomar posse como presidente, no início do mês, Renan falou de ações prioritárias para reforçar o papel do Senado como instituição empenhada em contribuir para que o Brasil se torne mais competitivo.

Entre as medidas em estudo, está a regulamentação do papel do Senado na avaliação periódica do sistema tributário nacional — providência que o presidente considera

fundamental na efetivação da justiça fiscal e na redução das desigualdades. Hoje, o Senado recebe avaliações periódicas sobre a política monetária com a vinda do presidente do Banco Central à Casa.

Marcada para as 11h, a reunião deve dar curso a projetos de lei considerados prioritários para a sessão legislativa que se inicia e tratar de estratégias para viabilizar a reforma política.

Na primeira reunião, foram tomadas as primeiras providências para enxugar a gestão do Senado — um conjunto de medidas destinadas à racionalização administrativa. Para Renan, isso acabará com o “gigantismo” da Casa. Medidas foram anunciadas com o objetivo de economizar R\$ 262 milhões.

Ministro da Previdência visita presidente do Senado

Renan Calheiros também recebeu a visita do senador licenciado e ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves.

— Vim trazer congratulações pela eleição dele para a Presidência da Casa e uma palavra de estímulo às medidas que ele está adotando no Senado — disse o ministro.

Garibaldi contou ainda que ele e Renan conversaram sobre projetos como a medida provisória que trata do parcelamento de débitos junto à Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias.

Grupo da internet entrega petição contra Renan

Um manifesto contra a permanência de Renan Calheiros na Presidência do Senado foi entregue ontem por dirigentes da ONG Avaaz, que anunciou cerca de 1,6 milhão de adesões. A comitiva foi recebida por Pedro Taques (PDT-MT), Rolfê Rodrigues (PSOL-AP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS) e João Capiberibe (PSB-AP). O ato foi simbólico, já que as assinaturas não foram feitas em papel. Pedro Abramovay, diretor da Avaaz, anunciou a ida da comitiva ao STF para protocolar pedido a fim de acelerar processo que tem Renan como réu.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h Três medidas provisórias trancam a pauta. Uma delas regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (MP 581/12).

PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa do Senado

11h Renan Calheiros preside reunião da Mesa do Senado; às 15h45, recebe o ministro do Turismo, Gastão Vieira; e, às 16h, preside a ordem do dia.

MESA Reforma política

11h A Mesa do Senado se reúne para dar curso a projetos de lei considerados prioritários e tratar de estratégias para viabilizar a reforma política.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovada MP que ajuda municípios e estados exportadores com R\$ 1,95 bi

Recursos são transferidos anualmente para compensar perdas geradas pela isenção de ICMS sobre exportações de produtos industrializados

PARA COMPENSAR PERDAS de arrecadação geradas pela Lei Kandir, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos industrializados, estados e municípios exportadores receberam neste ano R\$ 1,95 bilhão. Esse auxílio financeiro da União foi aprovado ontem no Plenário do Senado, por meio da Medida Provisória 585/12, e segue agora para promulgação.

Os estados ficaram com

75% dos recursos (R\$ 1,46 bilhão) e os municípios receberam o valor restante. Cada estado receberá sua parcela de acordo com coeficiente fixado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A repartição dos recursos para os municípios é proporcional à participação no ICMS.

Os senadores rejeitaram as 19 emendas oferecidas à MP, aprovando sem alterações a proposta enviada pelo governo. Medidas pro-

visórias desse tipo têm sido editadas a cada ano desde a aprovação da Lei Kandir, em 1996, para dar amparo legal às transferências dos recursos federais para estados e municípios.

Parcela única

Segundo o relator da MP, deputado Vicente Candido (PT-SP), o Ministério da Fazenda já transferiu os recursos para estados e municípios exportadores, em parcela única. O relator

informou que o governo não exerceu a prerrogativa prevista na MP de descontar do valor da transferência eventuais dívidas vencidas e não pagas por estados e municípios.

Entre os estados exportadores que mais receberam recursos por meio da MP neste ano, estão Minas Gerais (24,8%), Mato Grosso (12,1%) e Pará (10%). O Distrito Federal não receberá esses recursos de compensação em 2013.

Partidos tentam concluir acordo para comissões

As lideranças partidárias estão concluindo a escolha dos presidentes das comissões permanentes do Senado. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que seriam instaladas comissões mistas destinadas a avaliar 14 medidas provisórias.

A negociação está relacionada à distribuição dos comandos das comissões permanentes. Já está praticamente definido que as duas principais comissões — as de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) — deverão ficar, respectivamente, com o PT e o PMDB. A definição sobre a presidência das demais comissões ainda depende da conclusão de acordos.

Entre as medidas provisórias a serem analisadas, estão a MP 589/12, sobre parcelamento de débitos na Fazenda Nacional relativos a contribuições previdenciárias; e a MP 591/12, sobre concessões de energia elétrica e modicidade tarifária.

Arthur Moreira/Agrinho/ Senado



Os senadores Valadares, Pinheiro, Eunício, Sarney e Agripino participam das discussões sobre a MP no Plenário

PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA DO QUARTO TRIMESTRE DE 2012

O Plenário também aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 580/12, que aprova a programação monetária para o quarto trimestre de 2012. A programação contém estimativas das faixas de variação de agregados monetários, metas indicativas de evolução trimestral e descrição sucinta de perspectivas da economia. Segundo o Banco Central, as projeções consideram a evolução do PIB, da taxa Selic, do câmbio e da inflação, entre outros. O texto segue agora para a Câmara.

Trabalhadores fazem pressão contra MP dos Portos

Congresso analisa outras seis medidas

Deputados e senadores instalaram ontem sete comissões mistas para analisar MPs, inclusive a dos Portos. Conheça a seguir os presidentes e relatores de cada uma delas. Outras sete comissões elegem hoje seus dirigentes

► **MP 589/12** Autoriza estados e municípios a parcelar, junto à Fazenda Nacional, débitos relativos a contribuições previdenciárias.

► **Presidente:** deputado Márcio Macêdo (PT-SE)
► **Relator:** senador Romero Jucá (PMDB-RR)

► **MP 590/12** Amplia os beneficiários do Brasil Carinhoso, incluindo crianças e adolescentes com idade entre 7 e 15 anos. O programa, criado em 2012, beneficiava crianças de até 6 anos pertencentes a famílias com renda mensal de até R\$ 70 per capita.

► **Presidente:** senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
► **Relatora:** deputada Rose de Freitas (PMDB-ES)

► **MP 591/12** Altera a MP 579/12, com regras para a indenização de investimentos realizados pelas empresas de transmissão de energia.

► **Presidente:** deputado Marcelo Castro (PMDB-PI)
► **Relator:** senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

► **MP 592/12** Destina à educação os royalties da exploração de petróleo.

► **Presidente:** senador Sérgio Souza (PMDB-PR)
► **Relator:** deputado Carlos Zarattini (PT-SP)

► **MP 593/12** Altera a lei do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Amplia a lista de beneficiários e ofertantes de bolsa-formação, passando a incluir instituições privadas de ensino superior. Antes, só a rede pública e os serviços nacionais de aprendizagem podiam oferecer as bolsas.

► **Presidente:** deputado Izalci (PSDB-DF)
► **Relator:** senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

► **MP 594/12** Amplia em R\$ 85 bilhões o limite de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), operado pelo BNDES. Hoje, o limite de financiamentos é de R\$ 227 bilhões. O objetivo é estimular a competitividade da indústria por meio da modernização do parque industrial, do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor nas cadeias produtivas.

► **Presidente:** senador Francisco Dornelles (PP-RJ)
► **Relator:** deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG)

► **MP 595/12** Estabelece um novo marco regulatório para o setor portuário. Regula a exploração de portos e de instalações portuárias e cria a segunda etapa do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária. Traz diretrizes para aumentar a competitividade e atrair o investidor privado, além de apresentar mecanismos para expandir a eficiência e otimizar a infraestrutura dos portos.

► **Presidente:** deputado José Guimarães (PT-CE)
► **Relator:** senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Logo depois de eleger presidente, vice-presidente, relator e relator-revisor, a Comissão Mista da Medida Provisória 595/12 realizou sua primeira reunião para ouvir representantes de trabalhadores dos portos. A MP dos Portos dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

Os trabalhadores acusam o governo de elaborar a MP sem transparência e estão receosos acerca da redução de garantias aos portuários, da concessão da administração de portos, do enfraquecimento de autoridades e guardas portuários e do fortalecimento de portos privados em detrimento dos públicos.

Sindicalistas, trabalhadores e alguns parlamentares dizem que o texto da MP desobriga os terminais privados de contratar por meio dos órgãos gestores de mão de obra (Ogmos), presentes em todas as cidades portuárias. Essas entidades sem fins lucrativos organizam e fiscalizam a mão de obra de trabalhadores portuários avulsos. Com o aumento dos portos privados que será provocado pela MP, o desemprego aumentaria no setor, pois os portos privados evitariam a contratação desses trabalhadores avulsos.

O senador José Pimentel (PT-CE) foi eleito vice-presidente da comissão. Eduardo Braga (PMDB-AM) será o relator. A presidência caberá ao deputado José Guimarães (PT-CE).

O deputado Manoel Junior (PMDB-PB) será o relator-revisor.

A instalação da comissão mista só foi possível depois que o relator aceitou a proposta do deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) para que se realizasse uma reunião imediata com representantes dos trabalhadores para ouvir suas demandas. Braga também se comprometeu a apresentar um calendário para discussão da MP até a próxima terça-feira.

O relator pretende ouvir representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo em três audiências públicas. Ele já tem 645 emendas à MP para analisar.

— Vamos ser transparentes. Os direitos do trabalhador serão prioridade — afirmou.



Vice-presidente da comissão mista, Pimentel (ao centro, entre Blairo e Braga) coordena debate com portuários

Arthur Moreira/Agrinho/ Senado

Classificação dos vetos pode acelerar decisão do Congresso

Líderes do governo e do PSDB concordam em separar temas polêmicos dos que podem ser votados com facilidade. Alguns vetos, sobre fatos já vencidos, podem até ser arquivados

DOS 3.060 VETOS presidenciais na pauta do Congresso, 43% referem-se à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Orçamento da União de 2011. Naquele ano, a presidente Dilma Rousseff vetou 646 dispositivos na LDO e 690 na Lei Orçamentária Anual (LOA). Por isso, Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o arquivamento desses vetos.

Jucá acredita que o Congresso poderia separar temas polêmicos daqueles sem dificuldade para votação. O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), concorda. Para ele, 95% dos vetos podem ser votados com tranquilidade. Ambos concordam sobre quais são os temas polêmicos: royalties do petróleo, Código Florestal, fim do fator previdenciário e recursos para a saúde pública.

Os vetos atingiram 209 projetos, dos quais 156 tiveram partes excluídas (vetos parciais) e 53 caíram totalmente (vetos totais). No fim de 2012, uma decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), impediu a votação dos vetos fora da ordem cronológica. O Congresso não pôde, então, decidir sobre o veto à vinculação do rateio dos royalties do petróleo aos critérios do Fundo de Participação dos Estados.



Jucá quer arquivar vetos ao Orçamento de 2011



Aloysio acha que 95% dos vetos teriam acordo

Na questão dos royalties, a disputa não é entre governo e oposição. Um deputado do PT — Alessandro Molon (RJ) — foi o autor da ação que resultou na decisão de Fux, e o projeto no centro da polêmica (PLS 448/11) é de autoria de um senador do mesmo partido — Wellington Dias (PI). Prevalece o interesse regional, já que a proposta prejudica estados produtores

de petróleo em benefício dos demais. Código Florestal, regulamentação dos recursos da saúde e fim do fator previdenciário também causam divisão nas bancadas do governo e da oposição.

Estão em pauta vetos cuja derrubada poderia provocar impacto financeiro federal. São propostas que envolvem renegociação de débitos tributários, alíquotas de impostos e contribuições, extinção de dívidas, gratificação para servidores e cálculo de aposentadorias e pensões. A Advocacia-Geral da União (AGU) fez uma lista de vetos que, se derrubados, causariam um passivo de R\$ 471,3 bilhões para a União. A extinção do fator previdenciário, por exemplo, teria impacto de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões ao ano, segundo a AGU.

O impasse levou alguns senadores a sugerirem um novo rito para a deliberação, como as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 1/13, de Sérgio Souza (PMDB-PR), e 2/13, de Ciro Nogueira (PP-PI). O veto é previsto desde a primeira Constituição brasileira, de 1824, em que o imperador poderia recusar “seu consentimento” a uma proposta do Legislativo. A Constituição de 1969 criou a aprovação por decurso de prazo, quando o Congresso não se pronunciava em 45 dias. O consultor legislativo do Senado Fernando Trindade lembra que a Constituição de 1988 acabou com o decurso de prazo e estabeleceu a deliberação por maioria absoluta, no prazo de 30 dias, em sessão conjunta, com votação separada de deputados e senadores.

Sérgio Souza parabeniza Dilma por extensão do Programa Bolsa Família

Sérgio Souza (PMDB-PR) cumprimentou a presidente Dilma Rousseff, na terça-feira, pela decisão de estender a complementação de renda do Bolsa Família, o que considerou um avanço no sentido da inclusão social dos brasileiros. O parlamentar frisou que o Brasil do século 21 não pode conviver com a pobreza extrema.

— Este é o nosso grande desafio e espero juntos avançarmos no sentido de fazer com que o Brasil seja ainda mais rico e venha a ser o país de primeiro mundo que queremos. Mas, para isso, precisamos ter também cidadãos de primeiro mundo — disse o senador.

Para Sérgio Souza, o processo de combate à miséria tomou impulso com a sensibilidade do ex-presidente Lula diante das carências do povo. Em sua avaliação, Dilma subiu um degrau a mais ao adotar medidas para aumentar a competitividade da indústria.

Ele destacou o Plano Brasil sem Miséria como referência mundial, ao incluir mais 2,5 milhões de pessoas que não tinham acesso ao Bolsa Família.



Patrícia Franco/Agência Senado

Anibal Diniz elogia ampliação do Plano Brasil sem Miséria

Em discurso no Plenário, Anibal Diniz (PT-AC) cumprimentou ontem a presidente Dilma Rousseff pela decisão de ampliar o Plano Brasil sem Miséria, aumentando o benefício do Bolsa Família para pessoas em extrema pobreza. A ação anunciada terça-feira tem por objetivo complementar a renda repassada mensalmente pelo programa para 2,5 milhões de pessoas.

A partir de março, as famílias passam a receber o valor necessário para superar a renda de R\$ 70 por pessoa. Para o senador, essa medida vai garantir mais dignidade e inclusão social. Com a ampliação, disse Anibal, o governo vai retirar 22 milhões de brasileiros da miséria. Dilma anunciou também uma ação coordenada dos ministérios para cadastrar cerca de 700 mil pessoas em programas como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Luz para Todos.

Anibal parabenizou o PT, listando como conquistas dos últimos dez anos o acesso ao ensino técnico, a produção inclusiva para pessoas pobres do campo e a instalação de cisternas no semiárido nordestino, além da construção de creches, postos e unidades básicas de saúde.

História do impasse: dos royalties ao Orçamento

A polêmica em torno dos vetos presidenciais começou em dezembro, quando o deputado federal Alessandro Molon pediu no Supremo a suspensão da urgência para a votação de dispositivos vetados na nova Lei dos Royalties do Petróleo (Lei 12.734/12). Os vetos favorecem estados produtores de petróleo — desagradando, dessa forma, parlamentares de estados não produtores — e a urgência permitiria que fossem examinados antes de outros 3 mil que aguardam análise.

Relator da ação no STF, Luiz Fux acatou, em decisão liminar, o pedido do deputado contra a urgência, determinando que os vetos sejam votados em ordem cronológica, o que impede o exame dos vetos à Lei dos Royalties antes dos demais. A determinação foi interpretada pela oposição e parlamentares de estados não produtores

como válida para todas as votações no Congresso, inclusive a proposta orçamentária de 2013.

A votação em bloco dos vetos pendentes, fazendo a fila andar até chegar nos vetos à Lei dos Royalties, chegou a ser cogitada no final de dezembro, mas não foi efetivada. Assim, o ano terminou sem solução para os vetos e sem a votação do Orçamento.

Para superar o impasse, a AGU e a Presidência do Senado solicitaram esclarecimentos a Fux. Em 7 de fevereiro, o ministro respondeu que a votação cronológica se aplica exclusivamente aos vetos.

Com o esclarecimento, líderes governistas voltaram a trabalhar com a possibilidade de aprovar o Orçamento antes de uma solução para os vetos. No entanto, a AGU apontou o risco de esse encaminhamento resultar em insegurança jurídica, caso a decisão

liminar do ministro Fux não seja confirmada pelo Plenário do STF. Para evitar futuros questionamentos sobre o Orçamento 2013, o governo orientou a base a aguardar decisão do Plenário do STF.

Para evitar a possibilidade de rombo nas contas públicas apontado pela AGU na perspectiva de derrubada de determinados vetos, o governo sugere que a votação por ordem de chegada seja válida apenas para vetos dentro do prazo de 30 dias para exame estabelecido na Constituição (artigo 66), ficando automaticamente acatados todos os demais.

A manifestação do conjunto de ministros do STF sobre o assunto depende da liberação do processo pelo relator, ministro Luiz Fux, e da inclusão do tema na pauta do Plenário, por determinação do presidente da Corte, Joaquim Barbosa.

Plenário aprova regulamentação da profissão de comerciário

O Plenário do Senado aprovou ontem o texto final do projeto de lei que regulamenta a profissão de comerciário. A matéria segue agora para sanção presidencial. A proposta (PLS 115/07), de Paulo Paim (PT-RS), já havia sido aprovada no Senado, mas voltou ao exame dos senadores por ter

recebido três emendas na tramitação na Câmara.

O texto originalmente aprovado no Senado determina que a atividade desempenhada pelos empregados do comércio venha especificada na carteira de trabalho. Também fixa a jornada em 8 horas diárias e 44

semanais e estabelece que a contribuição para o custeio da negociação coletiva não seja superior a 12% ao ano e 1% ao mês do salário do trabalhador.

Uma das emendas recebidas na Câmara retirou o limite de 12% ao ano, mas manteve o limite de 1% ao mês. Em novo exame no Senado,

durante a tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o relator da matéria, João Alberto Souza (PMDB-MA), recomendou a aprovação dessa emenda. O relator, porém, rejeitou as outras emendas por considerar que reafirmam direitos já previstos em outras normas.

Aniversário do PT no governo provoca debate

O pronunciamento de Aécio Neves (PSDB-MG) com críticas aos dez anos do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República provocou reações de apoio e de contestação. Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu o governo, citando ações pelo fim da pobreza, e provocou Aécio por não ter usado as palavras “povo”, “emprego”, “miséria” ou “inclusão social” no discurso. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que Aécio falou de povo ao citar, por exemplo, a seca no Nordeste, que atinge milhares de pessoas.



Lula toma posse em 2003, observado pela então ministra Dilma: PT celebra dez anos à frente do governo federal

Aécio enumera 13 “fracassos” dos petistas

Ontem, dia em que o PT fez uma festa para celebrar seus 33 anos de existência e os dez anos na Presidência da República, Aécio Neves (PSDB-MG) fez críticas ao partido, afirmando que lhe faltam “autocrítica, humildade e reconhecimento, matérias-primas fundamentais do fazer diário da política”.



Aécio critica governo do PT

O senador apresentou uma lista com 13 pontos (em alusão ao número do partido) que classificou como os maiores “fracassos” dos petistas no governo federal: 1) o comprometimento do desenvolvimento econômico, 2) a paralisação em razão da infraestrutura deficiente, 3) o sucateamento da indústria, 4) o aumento da inflação e a desaceleração do crescimento, 5) a má gestão

econômica e a queda da credibilidade fiscal, 6) a destruição do patrimônio nacional em razão do desmonte de estatais, 7) o mito da autossuficiência e a implosão do etanol, 8) o iminente risco de apagão elétrico, 9) o desmantelamento da Federação, 10) a insegurança pública e o flagelo das drogas, 11) o descaso na saúde e a baixa qualidade da educação, 12) o estímulo à intolerância como instrumento de ação política e 13) a defesa dos casos de corrupção identificados no governo.

Aécio citou posições antagônicas do PT antes e depois do poder, como ter a ética como bandeira e defender réus do mensalão. Disse que o PT não reconhece o legado do PSDB, como o Plano Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Wellington cita 45 “avanços” em uma década

Logo depois do discurso de Aécio Neves, Wellington Dias (PT-PI) subiu à tribuna em nome da liderança do PT para rebater os argumentos e demonstrar os avanços vividos pelo Brasil de 2003 a 2013.



Wellington rebate acusações

O período corresponde aos dois mandatos de Lula na presidência e à metade do mandato de Dilma Rousseff.

Em oposição aos 13 “fracassos” do PT apontados por Aécio, Wellington apresentou 45 argumentos (o número do PSDB) para mostrar os avanços.

Wellington citou, por exemplo, a redução das desigualdades sociais, o crescimento da educação profissionalizante, a queda da mortalidade infantil, as farmácias populares, as ambulâncias do Samu, a política de combate às

drogas, o crescimento da política de cotas e o melhor saneamento básico. Wellington Dias também lembrou a integração do país aos vizinhos da América Latina, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa Minha Vida e a recente redução nas contas de luz.

— O Brasil hoje é bem mais forte que o que herdamos. Não vamos mais de pires na mão ao Fundo Monetário Internacional. Somos um país soberano, não subalterno e periférico. Somos um país de classe média, não de miseráveis, um país que tem suas universidades abertas para pobres, negros e índios.

O senador disse que antes o Brasil servia apenas a uma pequena elite.

Aloysio acusa PT de ter práticas patrimonialistas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o PT levou o governo ao “loteamento dos cargos públicos, desconsideração do mérito, fragmentação da autoridade do presidente da República, ineficiência, conflitos internos da administração e corrupção”.

— O PT levou ao paroxismo as práticas mais atrasadas, mais patrimonialistas, que caracterizam a política brasileira — disse.

No entanto, reconheceu que o partido implantou alguns bons programas na área de educação e manteve uma política de aumento real do salário mínimo.



Bauer critica publicidade do governo federal

Paulo Bauer (PSDB-SC) acusou o governo federal de divulgar como exemplo de boa gestão e eficiência ações que não passam de obrigação. Para ele, a intenção é a de alcançar índices de popularidade elevados e, com isso, obter resultados políticos.

— O governo não trabalha com a perspectiva de médio e longo prazo. Ele trabalha com a perspectiva do imediatismo.

O senador disse ainda que faltam políticas para gerar mais empregos e oportunidades.



Cyró Miranda aponta “aparelhamento político do Estado”

Segundo Cyró Miranda (PSDB-GO), os dez anos de governo do PT foram marcados por gastos sociais, alta carga tributária sem retorno à altura, escândalos de corrupção, ingerência na Petrobras e no Banco do Brasil e ações próprias de governos totalitários.

Cyró reconheceu a redução na taxa Selic como mérito da presidente Dilma, mas avisou que é preciso mais ousadia para que as empresas parem de pagar juros altíssimos em razão dos *spreads* bancários.

Cristovam: “Não vejo diferença entre propostas”

Embora haja diferenças de estilos e prioridades entre PT e PSDB, não há diferença de conceito sobre o país, disse Cristovam Buarque (PDT-DF).

Para ele, os governos desses partidos compartilham os mesmos pilares “enferrujados”: democracia (ameaçada por questões como financiamento de campanha), estabilidade monetária (ameaçada pela inflação), transferência de renda (sem uma “porta de saída”) e crescimento econômico (com modelo baseado em depredação ambiental e concentração de lucros).



Para Valadares, Lula e Dilma se voltaram ao social

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também rebateu as críticas de senadores de oposição aos dez anos do PT na Presidência. Para ele, os governos do partido “edificaram a história do Brasil” e se voltaram essencialmente para o social e à valorização da democracia. Para o senador, o próximo passo é aprovar uma reforma política.

— Se a fizermos, alcançaremos um patamar elevado de melhor qualidade da representação popular — disse.



Melhorar a vida da população é marca do PT, diz Pinheiro

Ao comemorar os dez anos de governo do PT, Walter Pinheiro (PT-BA) ressaltou a melhoria da vida da população como “marca registrada” do partido. Exemplo disso foi o anúncio, ontem, de ampliação do Bolsa Família para alcançar mais 2,5 milhões de brasileiros extremamente pobres.

— No começo diziam que seria a “bolsa-esmola”. Mas esse é o início do processo, para que a pessoa comece a ganhar oportunidades e conquistar suas coisas — defendeu.

Texto abole garantia de sigilo fiscal de agentes públicos

Vinte anos atrás, Pedro Simon (PMDB-RS) apresentava ao Senado a primeira proposta de fim da garantia de sigilo bancário a presidentes da República, ministros, parlamentares e outros agentes do primeiro escalão. Como a iniciativa não prosperou, ele insistiu em reapresentá-la três vezes — a mais recente em 2012.

A proposta tramita como PLS 27/13 — Complementar e vai ser votada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A origem da garantia de sigilo bancário e fiscal está, segundo o senador, na necessidade de resguardar de concorrência desleal negócios realizados por empresários e comerciantes. A abertura das operações depende de ordem judicial, justificada pelo interesse de alguma investigação específica.

Enquanto considera natural o sigilo de comerciantes e particulares em geral, Simon não aceita a extensão do benefício para os agentes oficiais, de quem se deve exigir “absoluta transparência”.

Senadores propõem lei de prevenção a incêndios

Plenário aprovou requerimento para criação de comissão temporária; pedido foi apresentado pela bancada do Rio Grande do Sul, motivada pela tragédia na boate Kiss, que matou 239 pessoas

O SENADO CRIOU uma comissão temporária para tratar da prevenção e do combate de incêndios. A motivação foi a recente tragédia ocorrida na boate Kiss, em Santa Maria (RS), onde 239 pessoas morreram e dezenas ficaram feridas em razão de um incêndio.

A comissão foi criada a pedido dos senadores do Rio Grande do Sul — Ana Amélia (PP), Paulo Paim (PT) e Pedro Simon (PMDB). O requerimento foi aprovado ontem.

— A tragédia abalou não só Santa Maria e o Rio Grande do Sul. O Brasil inteiro chorou as mortes de mais de duas centenas de jovens. Eles morreram precocemente em um incêndio que revelou a fragilidade do sistema de prevenção em nosso país — afirmou Ana Amélia.

A comissão funcionará durante 60 dias. O objetivo é primeiro fazer um levantamento da legislação sobre prevenção e combate de incêndios no Brasil e depois elaborar uma proposta

de alcance nacional com as normas técnicas necessárias, tendo como referência padrões internacionais.

Gim (PTB-DF) lembrou que mais de 300 casas noturnas foram fechadas no país após o incêndio de Santa Maria, por falta de condições de segurança. Ele afirmou que o Senado deve agir para que novos casos não vitimem mais jovens.

Cabe aos líderes dos partidos indicar os integrantes da comissão.



Equipes de resgate na Kiss: comissão temporária do Senado vai sugerir normas de segurança com validade nacional

Moka critica fim de 4 voos entre Campo Grande e Brasília

Waldemir Moka (PMDB-MS) criticou as companhias aéreas TAM e Gol por suspenderem, sem informar a população, quatro voos entre Campo Grande e Brasília.



Pedro Franco/Agência Senado

— Passageiros só souberam das suspensões quando foram reservar passagem — disse.

Moka explicou que as companhias praticamente acabaram com a opção de deslocamento entre as duas cidades. Para ele, a decisão é prejudicial à população de Mato Grosso do Sul que usa os voos.

O senador disse que esse tipo de decisão deve ser avaliado cautelosamente, para que as opções não sejam reduzidas a um só voo. Ele enviou ofício às empresas e à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) pedindo explicações.

— Pedi audiência com o presidente da Anac para pedir a intervenção da agência para que os voos sejam retomados.

Proposta de Casildo beneficia aposentado que trabalha

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a criação de um mecanismo que permita aos trabalhadores aposentados que permanecem na ativa recuperar as contribuições adicionais feitas à Previdência.



Pedro Franco/Agência Senado

— Essa devolução representa, na verdade, um ganho real na aposentadoria, já que o valor total retornará em parcelas mensais. É essencial destacar que a soma do benefício original do

aposentado, com a devolução da contribuição realizada no período adicional de trabalho, não deve ultrapassar o teto do Regime Geral da Previdência Social, o famoso tetinho.

O projeto, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi anexado a outras propostas sobre o tema.

— Desejamos não a aprovação no nosso projeto, mas simplesmente justiça.

Paim: “desaposentadoria” também para os celetistas

Paulo Paim (PT-RS) se disse ansioso pela decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a tese da “desaposentadoria” — situação em que o aposentado volta a trabalhar e a contribuir com a Previdência e pode pedir a revisão da aposentadoria para que seja incluído no cálculo do novo tempo de contribuição.

Em pronunciamento, o senador explicou que os ministros do STF julgariam ontem o Recurso Extraordinário 630.501, sobre a desaposentadoria, já permitida para servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário. Para aposentados no regime celetista, no entanto, ela não está disponível.

— Pelo princípio mínimo da isonomia, eu entendo que o Supremo há de decidir que o trabalhador celetista que voltou a trabalhar e a contribuir poderá reaver a aposentadoria original, em que ele foi prejudicado devido ao maldito fator previdenciário, e poderá, sim, aposentar-se com o princípio, agora, da integralidade — declarou, lembrando que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já concordou com a tese.

Paim destacou que a “desaposentadoria” pode trazer reajuste de até 50%. Ele registrou que tramita no Congresso o PLS 91/10, de sua autoria, com a mesma proposta, assim como o PL 2.682/07, do deputado Cleber Verde (PRB-MA).

Souza pede votação do marco regulatório dos biocombustíveis

Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou que espera para este ano a votação do marco regulatório dos biocombustíveis. O senador é o relator do projeto (PLS 219/10), que tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Em pronunciamento, ele elogiou o Brasil pela utilização de combustíveis renováveis, como o biodiesel e o etanol. Ele, que foi presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, alertou para a necessidade de a humanidade “redefinir padrões de geração de energia, de consumo, do uso e até da produção de alimentos”.

Souza também relacionou alguns produtos em teste, como o bioquerosene, já usado em voo experimental de avião comercial.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado) — facebook.com/jornaldosenado
 Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Yoani Sánchez movimentava o Congresso

Em visita ontem ao Legislativo, a jornalista e dissidente cubana recebeu manifestações de incentivo, enfrentou protestos e se disse apoiada pela sociedade brasileira

A JORNALISTA CUBANA Yoani Sánchez, célebre por sua oposição ao regime político da ilha e pela publicação do blog *Generación Y*, causou intensa movimentação na visita que fez ao Congresso Nacional na tarde de ontem. Convidada pelo deputado federal Otavio Leite (PSDB-RJ), Yoani recebeu apoio de parlamentares de diversos partidos e de um pequeno grupo de simpatizantes, mas foi hostilizada por pessoas que se diziam representantes de “movimentos sociais”.

Ela disse que em seu país “vive-se uma grande censura, um monopólio informativo que está nas mãos de um único partido”. Ao elogiar a pluralidade política brasileira, inclusive em referência às manifestações contrárias à sua presença no país, observou que, a exemplo do Brasil, há em Cuba um amplo leque racial e étnico.

— Cuba não é só um partido, não é só uma ideologia, não é só um homem. Cuba é plural, é diversa e tem diversas cores.



Yoani chega ao Congresso, onde foi recebida por parlamentares da oposição

Yoani lembrou que, quando começou a escrever o blog, há cinco anos, não imaginava que sua vida passaria por tantas mudanças por causa de um veículo de tom moderado no qual descrevia o cotidiano de sua família e de amigos.

— Não entendi a comoção por causa de um simples blog.

A dissidente contou que, depois que criou o *Generación Y*, passou a ser vítima de perseguições, além de ser impedida de viajar para fora de Cuba. Ela veio ao Brasil após diversas tentativas negadas pelo governo cubano, que, segundo Yoani, a descreve

como “mercenária e agente da CIA”.

Em entrevista ao *Programa Cidadania*, da TV Senado, que foi ao ar ontem e terá outras exibições, a blogueira declarou que o governo cubano “tem medo da internet porque esse meio de comunicação representa a possibilidade de se informar paralelamente aos meios oficiais”.

Documentário

No auditório da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Yoani Sánchez assistiu ao documentário *Cuba-Honduras*,

no qual aparece entre os entrevistados.

Também acompanharam a exibição os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Aécio Neves (PSDB-MG) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), além do diretor do filme, o brasileiro Dado Galvão. Segundo ele, o documentário custou R\$ 600 e foi feito com uma câmera emprestada pela prefeitura de Jequié (BA).

Na segunda-feira, manifestantes que protestavam contra Yoani impediram a exibição do filme em Feira de Santana (BA). A repercussão das manifestações colaborou para a vinda dela a Brasília. Na Bahia, ela estava acompanhada por Eduardo Suplicy.

Ontem, do lado de fora do auditório onde foi exibido o documentário, grupos que apoiam e criticam a blogueira marcaram presença. Os que a apoiam utilizaram bordões como “Abaixo a ditadura!”. Os que a criticam reberaram com frases como “Cuba sim, ianques não. Viva Fidel!”.

Jornalista se surpreende com reações

Após participar da gravação de um programa na TV Senado, Yoani Sánchez se disse surpresa pela reação contrária de um grupo de deputados da Câmara. Questionada sobre se sentia apoio do governo brasileiro, afirmou que se sente apoiada pela sociedade brasileira.

— Não sou governante, não sou diplomata, não sou funcionária pública. Sou cidadã e me importa muito como reagem as pessoas.

A jornalista disse que provavelmente não se candidatará a cargos eletivos quando a democracia chegar a Cuba e que estará na imprensa analisando criticamente o novo governante.

Dissidente condena Guantánamo e embargo econômico a Cuba

Durante a visita à Câmara dos Deputados, Yoani Sánchez foi questionada por parlamentares se era contra a prisão que os Estados Unidos mantêm em Guantánamo (em solo cubano) e o embargo econômico desse país a Cuba.

Sobre Guantánamo, ela disse que é uma civilista, que respeita a legalidade e, portanto,

não pode concordar com a existência da prisão.

Quanto ao embargo, listou três razões para defender o fim: porque representa uma ingerência dos Estados Unidos sobre Cuba; porque fracassou no objetivo de induzir o povo cubano a se voltar contra o governo; e porque o governo cubano usa o embargo

para justificar seu fracasso econômico.

Yoani também foi questionada, no *Programa Cidadania*, da TV Senado, se contestava as conquistas cubanas em alfabetização e saúde pública. Ela reconheceu as conquistas, destacando que, no passado, houve apoio soviético para essas políticas públicas.

Entretanto, frisou que, atualmente, as áreas “não funcionam da mesma maneira”.

— E não quero, nunca mais, que um governante diga: “Cale-se, pois há saúde e educação” — ressaltou.

Um dos senadores que a receberam no Congresso, Alvaro Dias vem criticando a suposta ação da embaixada cubana

para divulgar um dossiê contra a blogueira. Um funcionário do governo brasileiro teria recebido o dossiê.

Sobre o fato, Yoani disse que o objetivo do dossiê era “matá-la ética e moralmente” frente a seus leitores.

— Não há possibilidade de debate quando o outro quer te destruir.



Anibal diz que conversou sobre o assunto com o cônsul do Brasil na Bolívia

Anibal relata visita a brasileiros agredidos em prisão na Bolívia

Anibal Diniz (PT-AC) relatou, na terça-feira, visita ao município de Epitaciolândia, em seu estado. A cidade é vizinha a Cobija, na Bolívia, onde brasileiros ficaram feridos em uma rebelião no presídio Villa Busch. Um brasileiro morreu e quatro ficaram feridos no conflito, ocorrido na última semana.

O senador disse ter conversado com detentos feridos no presídio e com familiares das vítimas de agressões. Além disso, reuniu-se com o cônsul do Brasil na Bolívia, Guilherme Barbosa, para saber das providências que serão tomadas com relação ao caso. A intenção é fazer um relatório sobre o caso com o máximo de informações possível.

— A situação é grave e requer uma atenção especial — disse, informando ainda que há 37 brasileiros na unidade.



Senador quer ouvir o ministro Antonio Patriota sobre ações do governo boliviano

Viana repudia tratamento de autoridades bolivianas a presos

A situação dos brasileiros no presídio Villa Busch, na Bolívia, também foi abordado em pronunciamento de Jorge Viana (PT-AC) na terça-feira. Ele apresentou voto de repúdio ao tratamento que classificou como desumano dado a presos brasileiros por autoridades bolivianas.

— O episódio chocou o povo do Acre. Foi um massacre. Um preso brasileiro morreu e outros ficaram gravemente feridos. A situação não é nova. Os familiares dos presos já tinham denunciado os maus-tratos dos funcionários do governo boliviano.

O senador disse que os presidiários devem ter os seus direitos respeitados e encaminhou à Mesa do Senado requerimento para que o ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, fale sobre as ações do governo da Bolívia sobre o assunto.



Quatro em cada grupo de dez mulheres já foram vítimas de violência, afirma Paim

Paim elogia frente pelo fim da violência contra mulheres

Em pronunciamento na terça-feira, Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio à Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, criada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pelo deputado estadual Edgardo Pretto.

De acordo com o senador, a frente foi criada em 2011, com o apoio de todos os deputados da assembleia e já se espalhou por mais de 40 câmaras de vereadores de municípios gaúchos. Paim afirmou que um grupo de senadores articula a criação de uma frente semelhante no Senado, já em março.

O parlamentar disse que os números relativos a agressões contra as mulheres são “inacreditáveis”. Segundo ele, quatro em cada dez mulheres já foram vítimas de violência e, a cada dois minutos, cinco mulheres sofrem algum tipo de agressão no país.

Ana Amélia e Ferraço destacam ação contra crack

Senadores comentam medida de internação compulsória, que é tema de projeto em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais e já foi adotada pela Prefeitura do Rio de Janeiro

A POLÍTICA DE internação compulsória para usuários de crack adotada pela Prefeitura do Rio de Janeiro foi comentada por dois senadores em Plenário. Ana Amélia (PP-RS) pediu ações de informação, conscientização e prevenção, para evitar cenas como as registradas no município na madrugada de terça-feira, quando a polícia montou uma base na principal “cracolândia”, na Avenida Brasil. Já Ricardo Ferraço (PMDB-ES) considerou a decisão de internar involuntariamente cerca de 30 usuários de crack como acertada, inaugurando uma nova fase no combate à droga no país.

A internação mesmo contra a vontade do usuário é um dos temas de que trata o PLS 111/10, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde Ana Amélia é a relatora.

— Faço um apelo para evitarmos cenas degradantes como as vistas no Rio de Janeiro, de dependentes químicos, verdadeiros farrapos humanos, inconscientes, com depressão profunda causada pelas drogas — lamentou ela.

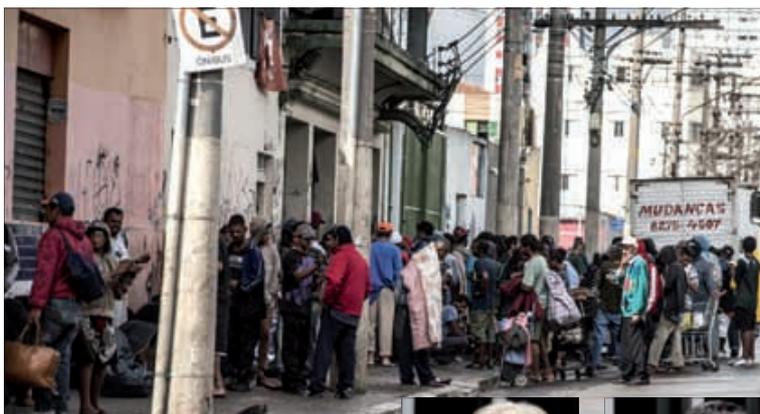
Ferraço informou que apresentará requerimento

para a realização de audiência pública na CAS, a fim de ampliar a discussão sobre o projeto, do ex-senador Demóstenes Torres. Ele avaliou que o tema é polêmico e que o debate em torno da questão “não deve ser ideológico”.

No primeiro dia de internação involuntária no Rio de Janeiro, a prefeitura promoveu uma megaoperação reunindo policiais, guardas municipais, educadores sociais, assistentes, médicos e psicólogos, que fizeram 99 acolhimentos, sendo 91 de adultos e 8 de crianças e adolescentes.

— A prefeitura, a meu juízo, foi direto ao ponto. A internação é na prática a única maneira de salvar vidas e enfrentar esse problema de saúde pública e violência. Esse é um problema de todos nós. Esse é um problema do governo federal, dos governos estaduais. E esse é um desafio do poder local, da sociedade civil organizada, das igrejas, de todos aqueles que têm responsabilidade e sensibilidade para com esse problema, que está tomando de assalto e de angústia muitas famílias em nosso país — disse Ferraço.

Elogiando a adoção de me-



Usuários de crack no centro de São Paulo: Ana Amélia relata projeto sobre o tema e Ferraço defende debate

didias similares em São Paulo, o senador ponderou que esse tipo de ação é necessário, uma vez que os dependentes de crack não teriam condições de exercer o livre arbítrio.

Ana Amélia elogiou a iniciativa do governo federal de produzir, em parceria com a iniciativa privada, revistas em quadrinhos para orientar as crianças e adolescentes sobre os riscos do uso de drogas. Outra iniciativa elogiada por ela é a produção de manuais para que pais e professores

saibam como abordar o tema com filhos e alunos.

Para a senadora, o uso de drogas, especialmente do crack, é uma tragédia diária, uma epidemia que o Brasil precisa enfrentar. — Essa não é uma luta desse ou daquele governo, é uma luta da sociedade brasileira. Se não nos dermos as mãos para enfrentá-lo, seremos por esse problema vencidos.



Pedro Franco/Agência Senado

Pedro Franco/Agência Senado

Toda a sociedade tem a responsabilidade de se engajar na luta contra o consumo e, sobretudo, contra o tráfico — afirmou Ana Amélia.

A revista *Em Discussão!* tratou do assunto na edição de agosto de 2012. Confira: <http://bit.ly/EmDiscussaoCrack>



Para Davim, jovens devem receber mais atenção

Davim enaltece Campanha da Fraternidade de 2013, voltada à juventude

Paulo Davim (PV-RN) disse acreditar na função social e transformadora que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) vem exercendo por meio das Campanhas da Fraternidade nos últimos 50 anos. Ele aproveitou o tema da campanha deste ano — “Fraternidade e juventude” — para falar sobre a necessidade de o Senado dar atenção aos jovens, especialmente no combate ao crack, à violência e à carência de formação escolar e profissional.

Davim disse que a Campanha da Fraternidade teve origem no Rio Grande do Norte, na pequena comunidade de Timbó, na cidade de Nísia Floresta, por meio do trabalho de caridade feito por religiosas na década de 1960.

— Foi tão inspirador e frutífero aquele trabalho, que contava com fundos da Europa para ajudar comunidades carentes da América Latina, que dois anos depois a CNBB abraçou a ideia e tornou o movimento nacional — afirmou.

Vanessa Grazziotin elogia iniciativa do DF de vacinar adolescentes contra HPV

A partir de março, o governo do Distrito Federal vai vacinar 64 mil meninas adolescentes entre 11 e 13 anos contra o papilomavírus humano (HPV), informou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora elogiou a forma pioneira e preventiva com que o DF está tratando o combate ao HPV e considerou a oferta gratuita das vacinas como “uma bela e humanitária iniciativa”. Serão pouco mais de 190 mil vacinas — 3 doses por adolescente — a um custo de R\$ 18 milhões. Vanessa explicou que o HPV é a principal causa de câncer de colo de útero e que o Brasil registra 18 mil novos casos por ano. A senadora lamentou que o Amazonas seja o estado com maior número de casos desse tipo de câncer, com quase 600 ocorrências.

Vanessa pediu urgência na aprovação do projeto de sua autoria que dispõe sobre o acesso gratuito para mulheres à vacina contra o HPV na rede pública de saúde de todo o país. A proposta (PLS 238/11) está em tramitação na Câmara.



Vanessa: vírus pode causar câncer de colo de útero



Prioridades estão equivocadas, diz Cristovam

Cristovam: “GDF reforma estádio com dinheiro da saúde e da educação”

Para a reforma do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha para a Copa do Mundo de 2014, o governo do Distrito Federal está deixando de fazer investimentos em áreas como saúde, educação e segurança pública, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF).

Segundo o senador, o estádio já se configura como “o mais caro do mundo”, com custo de R\$ 1,5 bilhão. Desse total, afirmou Cristovam, R\$ 100 milhões foram retirados de recursos públicos destinados a obras que influem diretamente na vida da população, como creches, salas de aula, unidades de saúde, aperfeiçoamento viário e saneamento.

— O dinheiro que poderia melhorar a qualidade de vida é usado em prioridades equivocadas, especialmente um superlucroso e caro estádio, que começou com um valor e já está estimado em quase o dobro — disse.

Em apartes, Sérgio Souza (PMDB-PR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) elogiaram o pronunciamento.

Randolfe denuncia dilapidação do patrimônio público em Macapá

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) denunciou o que considerou uma “dilapidação do patrimônio público” ocorrida na Prefeitura de Macapá, pela gestão anterior. O senador divulgou dados sobre a situação em que se encontrava a prefeitura e agradeceu ao governo federal e ao governo estadual pela compreensão e parceria na busca por soluções para o problema.

O senador explicou que o novo prefeito, Clécio Luís, de seu partido, o PSOL, herdou a prefeitura com uma dívida no valor de R\$ 243 milhões — quase 50% do orçamento total do município, que é de R\$ 500 milhões. Ele disse que o município não respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e tem 62% da sua receita corrente líquida destinados ao pagamento de pessoal, oito pontos percentuais a mais do que o teto permitido pela LRF.

O senador fez uma série de outras denúncias e concluiu que Macapá enfrenta “uma crise sem precedentes”.



“Capital do Amapá tem crise sem precedentes”